



Demonstrações Financeiras 2021

**Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi
Centro Leste RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS

Cachoeira do Sul/ RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, às demonstrações financeiras, a qual descreve as reapresentações efetuadas sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionados a reclassificações de: (i) saldos de aplicações em fundos de investimentos para caixa e equivalentes de caixa, em função de sua conversibilidade imediata, (ii) dos saldos de ingressos de depósitos intercooperativos para receita de intermediação financeira, em decorrência da natureza das operações, e (iii) dos saldos de resultado não operacional para os grupos de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, em decorrência da natureza das operações. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

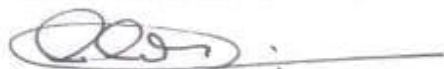
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste documento, a administração da cooperativa Sicredi Centro Leste RS, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), o que viabilizou muitas de nossas demandas já que esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, continuamos operando de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados. Também mantivemos a ampliação do horário para atender nossos associados com segurança e agilidade.

Durante esse período de retomada, destacamos os seguintes fatos administrativos:

- Realizamos a campanha de captação “Poupe e Ganhe com o Sicredi”, que teve mais de 750 mil cupons participantes e mais de R\$ 410 mil em prêmios distribuídos;
- Iniciamos a comercialização do Seguro Agrícola, destinado à cobertura de perdas na lavoura normalmente decorrentes de fenômenos climáticos. Nesta Safra de Verão 2021/2022, estruturamos uma área especializada na comercialização de seguros agrícolas pela qual comercializamos mais de 150 apólices, gerando cobertura de mais R\$ 62 milhões para os nossos associados, com equipe de suporte e atendimento especializado em caso de sinistro;
- Com o objetivo de levar proteção financeira, tranquilidade e conveniência, incentivamos a oferta aos nossos associados dos mais diversos seguros do nosso portfólio por meio de uma ação denominada “Arrancadão de Seguros”;
- Com o olhar para a sustentabilidade, continuamos disponibilizando linhas de crédito e financiamento para energia fotovoltaica. Em 2021, foram mais de R\$ 20 milhões de crédito liberados para essa finalidade, atingido uma carteira de crédito superior a R\$ 50 milhões;
- Para o desenvolvimento constante dos nossos colaboradores, criamos o “Desenvolve Centro Leste”, um programa vinculado à área de gestão de pessoas da cooperativa. Foram duas importantes entregas: a parceria com a Audaz Aceleradora – Modelo de Relacionamento Centro Leste e a criação do Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL). Em relação à parceria com a Audaz, realizamos uma formação e capacitação para os mais de 200 colaboradores da cooperativa, abrangendo todos os cargos e possibilitando um alinhamento único em prol da busca do fortalecimento do relacionamento com interesse genuíno pelo associado. A capacitação abordou diversos temas, tais como: gestão do tempo, inteligência emocional, giro de carteira, relacionamento para negócios, marketing pessoal, atendimento ao associado e, dessa forma, enfatizando o nosso diferencial de ser cooperativa. No programa para desenvolvimento de novos líderes estão participando 10 colaboradores, com o propósito de desenvolverem habilidades para assumirem futuros cargos de gestão e liderança na cooperativa;
- Em setembro, iniciaram as ações em comemoração aos 40 anos da Sicredi Centro Leste, cujo slogan “Valorizando a História e Construindo o Futuro” inspirou a produção de agendas e calendários, que contam em suas páginas a história da cooperativa. Também tivemos uma canção comemorativa ao nosso aniversário. Escrita pelo poeta e radialista Anomar Danúbio Vieira e pelo Presidente da Sicredi Centro Leste RS, Paulo Alex Falcão, a canção traz em seu nome o slogan comemorativo;
- Em novembro, atingimos um número histórico para nossa cooperativa: R\$ 2 bilhões de recursos totais administrados em nossa área de atuação, o que demonstra confiança, credibilidade, cooperação e transparência no relacionamento com os associados da

Além disso, no decorrer do exercício social de 2021, a cooperativa realizou inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais.

- Programa A União Faz a Vida: realizamos a formação continuada com mais de 90 professores, que desenvolveram projetos com aproximadamente 1.180 crianças e adolescentes, distribuídos em quatro escolas, nos municípios de Cachoeira do Sul, Charqueadas e Pantano Grande, sendo esse último o mais novo município com a implantação do programa em duas escolas.

- Cooperativas Escolares: fundamos a Cooperativa ECG em Sertão Santana. Agora temos em nossa área de atuação seis Cooperativas Escolares com mais de 140 alunos associados. No mês de dezembro, promovemos o 1º CooperAtivando, que reuniu 75 associados e 10 professores orientadores das Cooperativas Escolares, proporcionando momentos de fortalecimento dos valores e princípios do cooperativismo e incentivando o desenvolvimento de diferentes habilidades como a comunicação, a criatividade, a cooperação, a liderança e o empreendedorismo.

- Programa Crescer Mulher: durante o ano foram promovidos oito encontros on-line que reuniram mais de 340 mulheres associadas. Esses encontros abordaram temas como “Inteligência Emocional”, “Crescimento econômico”, “Força, Beleza e Cooperação”, “Mulheres na Liderança 2.0”, “O poder da Apreciação”, “O Poder da Mulher” e, no último encontro, o tema “Competência e Habilidades para construir o futuro”.

- Dia de Cooperar: Com o tema “Reconstruir melhor juntos”, elegemos a doação de alimentos como objetivo principal da campanha. Através do trabalho de voluntariado dos colaboradores, associados, parceiros e das comunidades, realizamos a entrega de 33 toneladas de alimentos arrecadados durante a Campanha do Dia C. Esta ação de responsabilidade social beneficiou os 15 municípios onde estamos presentes. O resultado da campanha superou as expectativas de arrecadações.

- Ciclo de Palestras para Coordenadores de Núcleo: com o objetivo de proporcionar conhecimento mais aprofundado sobre cooperativismo e reforçar o papel dos Coordenadores de Núcleo, iniciamos um programa de formação em julho, contemplando 12 módulos. Realizados na modalidade on-line, os encontros já abordaram os seguintes temas: a atuação da Sicredi Centro Leste/RS, cooperativismo, trajetória do Sicredi, governança, análise de mercado e gestão financeira de cooperativas.

- Educação Financeira: para melhorar a relação das pessoas com o dinheiro realizamos ao longo de 2021 sensibilizações sobre Educação Financeira impactando os mais variados públicos. Para crianças foi apresentada a live “De Onde Vem o Dinheiro”. Para o público adolescente, “Grana: o que nunca te falaram”. Já para adultos, “Finanças: Mitos e Verdades”. Foram mais de 350 participantes nessas sensibilizações. Com isso, levamos educação financeira para as nossas regiões de atuação, com muita informação, conhecimento e boas práticas.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		1.201.152	1.082.055	PASSIVO		1.043.231	953.619
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	4.465	4.702	DEPÓSITOS	(Nota 12)	725.698	682.813
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.181.120	1.064.866	Depósitos à vista		175.120	127.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	12.937	7.393	Depósitos interfinanceiros		91.130	117.882
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	153.543	266.537	Depósitos a prazo		459.448	437.855
Centralização financeira	(Nota 04)	151.137	139.163	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		268.108	234.578
Relações interfinanceiras		78	60	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	249.505	207.688
Operações de crédito	(Nota 07)	824.128	625.058	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	14.257	14.082
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	39.297	26.655	Obrigações por repasses	(Nota 15)	453	756
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(34.274)	(30.258)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	3.893	12.052
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	6.169	8.643	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	186	375
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	21.390	11.600	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	49.239	35.853
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	18.740	18.557				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	3.542	3.945	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	157.921	128.436
				CAPITAL SOCIAL		44.728	45.975
				RESERVAS DE SOBRAS		107.029	77.925
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		6.164	4.536
TOTAL DO ATIVO		1.201.152	1.082.055	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.201.152	1.082.055

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

Descrição das contas	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	64.244	112.462	89.565
Operações de crédito	(Nota 07) 53.300	96.763	82.557
Resultado de títulos e valores mobiliários	6.480	9.462	4.072
Resultado das aplicações compulsórias	1	2	18
Ingressos de depósitos intercooperativos	4.463	6.235	2.918
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(32.087)	(44.657)	(30.600)
Operações de captação no mercado	(Nota 12) (16.109)	(22.786)	(12.120)
Operações de empréstimos e repasses	(7.332)	(12.833)	(9.717)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07) (8.646)	(9.038)	(8.763)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	32.157	67.805	58.965
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(13.598)	(25.066)	(25.023)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 23) 12.337	23.666	19.177
Rendas de tarifas bancárias	4.140	8.250	8.485
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 24) (12.005)	(22.372)	(21.608)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 25) (13.141)	(24.237)	(20.720)
Dispêndios e despesas tributárias	(121)	(254)	(535)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 26) 2.779	5.074	5.186
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 27) (7.587)	(15.193)	(15.008)
RESULTADO OPERACIONAL	18.559	42.739	33.942
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	18.559	42.739	33.942
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21) 274	-	(1.091)
Provisão para Imposto de Renda	167	-	(660)
Provisão para Contribuição Social	107	-	(431)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.129)	(3.960)	(3.612)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	16.704	38.779	29.239

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS

CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	47.537	55.650	515	2.865	106.567
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(2.785)	(2.785)
Outras destinações	-	-	-	(80)	(80)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.409	-	-	-	1.409
Baixas de capital	(2.971)	-	-	-	(2.971)
Resultado do período	-	-	-	29.239	29.239
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.334)	(1.334)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.342)	(1.342)
Reserva legal - Estatutária	-	20.011	-	(20.011)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.215	-	(1.215)	-
Reserva de Expansão	-	-	534	(534)	-
Devolução SFG	-	-	-	(267)	(267)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	45.975	76.876	1.049	4.536	128.436
Mutações do Exercício	(1.562)	21.226	534	1.671	21.869
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	45.975	76.876	1.049	4.536	128.436
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(4.447)	(4.447)
Outras destinações	-	-	-	(89)	(89)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.435	-	-	-	1.435
Baixas de capital	(2.682)	-	-	-	(2.682)
Resultado do período	-	-	-	38.779	38.779
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.712)	(1.712)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.799)	(1.799)
Reserva legal - Estatutária	-	25.685	-	(25.685)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.734	-	(2.734)	-
Reserva de Expansão	-	-	685	(685)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	44.728	105.295	1.734	6.164	157.921
Mutações do Exercício	(1.247)	28.419	685	1.628	29.485
Saldos no início do semestre em 01/07/2021 (Não auditado)	45.244	76.876	1.049	22.075	145.244
Capital de associados					
Aumento de capital	856	-	-	-	856
Baixas de capital	(1.372)	-	-	-	(1.372)
Resultado do semestre	-	-	-	16.704	16.704
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.712)	(1.712)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.799)	(1.799)
Reserva legal - Estatutária	-	25.685	-	(25.685)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.734	-	(2.734)	-
Reserva de Expansão	-	-	685	(685)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	44.728	105.295	1.734	6.164	157.921
Mutações do Semestre	(516)	28.419	685	(15.911)	12.677

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	23.356	44.141	33.461
Resultado do semestre/exercício	16.704	38.779	29.239
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.652	5.362	4.222
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.762	4.016	1.097
Depreciação e amortização	1.609	3.132	3.245
Baixas do ativo permanente	-	115	1.140
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(7)	(189)	74
Destinações ao FATES	(1.712)	(1.712)	(1.334)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(117.452)	(156.139)	234.794
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.422)	(5.544)	3.917
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(8.045)	(31.140)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.354	(18)	66
(Aumento) em operações de crédito	(199.911)	(199.070)	(47.998)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	72.486	41.817	63.852
(Aumento) em outros ativos financeiros	(11.068)	(12.642)	(3.564)
(Aumento) Redução em outros ativos	1.076	2.474	(1.271)
Aumento em depósitos	20.584	42.885	213.207
(Redução) em passivos financeiros	(7.492)	(8.159)	(1.291)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(20)	(128)	828
Absorção de dispêndios pelo FATES	(341)	(475)	(321)
Aumento em outros passivos	15.347	13.861	7.369
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(94.096)	(111.998)	268.255
Aquisição de investimentos	(6.759)	(9.790)	(1.271)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.584)	(2.137)	(2.066)
Aplicações no intangível	(447)	(890)	(815)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(8.790)	(12.817)	(4.152)
Integralização de capital	856	1.435	1.409
Baixa de capital	(1.372)	(2.682)	(2.971)
Juros ao capital próprio	(1.799)	(1.799)	(1.342)
Distribuição de Sobras	-	(4.536)	(2.865)
Devolução SFG	-	-	(267)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(2.315)	(7.582)	(6.036)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(105.201)	(132.397)	258.067
Caixa e equivalente de caixa no início do período	383.206	410.402	152.335
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	278.005	278.005	410.402

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS
CNPJ/MF nº 88.471.024/0001-70

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	16.704	38.779	29.239
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	16.704	38.779	29.239

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 10/02/1982 e sede situada na R. Saldanha Marinho, 825, na cidade de Cachoeira do Sul - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 16 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como Intermediação Financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

(b) Resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu a mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa entende que o saldo relativo as sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Desta forma, a cooperativa reclassificou os saldos por natureza nos grupos de contas de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

(c) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários nas demonstrações dos fluxos de caixa

Adicionalmente, foram identificadas reclassificações relacionadas a alteração no modelo de centralização onde as Cooperativas passaram a aplicar parte de seus recursos de curto prazo em fundos de renda fixa e multimercado, os quais possuem conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de valor, sendo possível a classificação como caixa e equivalente de caixa de acordo com as premissas do CPC 03. A referida correção afetou o caixa e equivalente de caixa inicial e final do período findo em 31 de dezembro de 2020, assim como a movimentação dos títulos e valores mobiliários onde estavam sendo apresentados anteriormente.

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadros abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	86.647	2.918	89.565
Ingressos Depósitos Intercooperativos	-	2.918	2.918
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(22.110)	(2.913)	(25.023)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26)	7.932	(2.746)	5.186
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 27)	(14.841)	(167)	(15.008)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	5	(5)	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS			
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(211.033)	211.033	-
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalente de caixa no início do período	96.831	55.504	152.335
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	143.865	266.537	410.402

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	Anteriormente	Reclassificação	Reapresentado
	Apresentado	Ajuste	31/12/2020
	31/12/2020		
Disponibilidades	4.702	-	4.702
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	-	266.537	266.537
Centralização financeira	139.163	-	139.163
Total	143.865	266.537	410.402

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria 22 de fevereiro de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 1.313 (2020 - R\$ 3.072) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas. O detalhamento dos impactos é apresentado na NOTA 33.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Disponibilidades	4.465	4.702
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	122.403	266.537
Centralização financeira	151.137	139.163
Total	278.005	410.402

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 99% do CDI (dezembro de 2020 - 98%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	792	2.170	9.975	12.937	7.393
Total	792	2.170	9.975	12.937	7.393
Total circulante					2.962
Total não circulante					9.975

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	2.105	24.954	4.081	31.140	-
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	-	-	-	-	75.786
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	122.403	-	-	122.403	190.751
Total	124.508	24.954	4.081	153.543	266.537
Total circulante					149.462
Total não circulante					4.081

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir o único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021				Total da carteira	31/12/2020
		A vencer					Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira		
Empréstimos e títulos descontados	4.082	47.431	128.917	263.352	443.782	374.008	
Financiamentos	145	10.765	50.307	90.394	151.611	83.842	
Financiamentos rurais e agroindustriais	186	18.508	125.073	84.968	228.735	167.208	
Total das operações de crédito	4.413	76.704	304.297	438.714	824.128	625.058	
Avais e fianças honrados (Nota 08)	146	-	-	-	146	47	
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	38	590	1.412	2.040	1.791	
Títulos e créditos a receber (Nota 08)	-	23.476	8.636	39	32.151	21.887	
Total de outros créditos	146	23.514	9.226	1.451	34.337	23.725	
Carteira total	4.559	100.218	313.523	440.165	858.465	648.783	
Total circulante						418.300	305.219
Total não circulante						440.165	343.564

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AA	-	8.805	8.368	-	-
A	0,50	356.037	185.754	1.779	927
B	1,00	320.793	255.164	3.207	2.550
C	3,00	77.458	110.016	2.323	3.298
D	10,00	61.523	62.365	6.138	6.213
E	30,00	10.546	8.844	3.164	2.653
F	50,00	8.463	5.315	4.231	2.658
G	70,00	4.692	3.327	3.284	2.329
H	100,00	10.148	9.630	10.148	9.630
Total		858.465	648.783	34.274	30.258

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução BACEN nº 4.800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 71.482 (dezembro de 2020 - R\$ 74.284) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 29). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 1.605 (dezembro de 2020 - R\$ 1.698) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2021					31/12/2020	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Pessoas físicas	2.969	39.467	93.423	156.443	292.302	236.962	
Rural	186	18.508	125.073	84.968	228.735	167.208	
Industrial	154	2.756	4.435	11.492	18.837	13.318	
Comércio	453	18.098	39.078	79.183	136.812	103.481	
Pessoas jurídicas	797	21.389	51.514	108.079	181.779	127.814	
Total	4.559	100.218	313.523	440.165	858.465	648.783	
Total circulante					418.300	305.219	
Total não circulante					440.165	343.564	

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	72.078	8,40	60.702	9,36
50 devedores seguintes	144.428	16,82	122.106	18,82
100 devedores seguintes	127.371	14,84	102.336	15,77
Demais	514.588	59,94	363.639	56,05
Total	858.465	100,00	648.783	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial		30.258
Constituição de provisão		22.009
Reversão de provisão		(12.971)
Movimentação de baixados para prejuízo		(5.022)
Saldo final	34.274	30.258

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	35.911	64.369	59.852
Financiamentos	8.793	14.064	7.887
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.050	12.890	10.681
Outros	11	43	51
Subtotal	51.765	91.366	78.471
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	1.535	5.397	4.086
Total	53.300	96.763	82.557

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.418 (2020 - R\$ 15.254).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	32.151	21.887
Rendas a receber	1.321	1.401
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	2.040	1.791
Avais e fianças honrados (Nota 07)	146	47
Transações com cartão de crédito	3.177	1.097
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17)	462	432
Total	39.297	26.655
Total circulante	37.384	25.042
Total não circulante	1.913	1.613

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	3.255	6.434
Adiantamentos e antecipações salariais	85	154
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	62	168
Adiantamentos para Confederação Sicredi	461	528
Impostos e contribuições a compensar	280	22
Cotas de consórcio	546	665
Pendências a regularizar	1.168	326
Valores em análise pela SFG	38	4
Outros	261	342
Total circulante	6.156	8.643
Outros valores e bens	13	-
Total não circulante	13	-
Total	6.169	8.644

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	3.157	6.418
Imóveis	3.157	6.096
Máquinas e equipamentos	-	322
Despesas antecipadas	98	16
Total circulante	3.255	6.434
Despesas antecipadas	13	-
Total não circulante	13	-

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	9.388	5.763
Sicredi Participações S.A.	12.000	5.835
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras ações e cotas	1	1
Total	21.390	11.600

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	3.891.137 ON	1.891.680 ON	1	1	9.387.671	5.762.645
	8.108.953 PN	3.943.415 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,57%	0,50%	0,62%	0,62%	1,62%	1,42%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	580.337	406.094
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	591.058	416.563
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	-	-
Valor do investimento	12.000	5.835	1	1	9.388	5.763

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	27.811	(9.071)	18.740	18.557
Imobilizações em curso	-	31	-	31	-
Terrenos	-	3.498	-	3.498	3.498
Edificações	4%	7.580	(870)	6.710	6.841
Instalações	10%	3.106	(1.442)	1.664	1.776
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.488	(984)	1.504	1.863
Móveis e equipamentos	10%	3.948	(1.945)	2.003	2.203
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	754	(496)	258	270
Equipamentos de processamento de dados	20%	5.444	(2.844)	2.600	1.599
Veículos	20%	962	(490)	472	507
Intangível		12.361	(8.819)	3.542	3.945
Investimentos Confederação	10%	12.330	(8.805)	3.525	3.925
Outros ativos intangíveis	10%	31	(14)	17	20

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento

Depósitos	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	175.120	-	-	175.120	127.076
Depósitos interfinanceiros	-	46.601	44.529	91.130	117.882
Depósitos a prazo	3.022	19.603	436.823	459.448	437.855
Total	178.142	66.204	481.352	725.698	682.813

Total circulante	244.346	281.205
Total não circulante	481.352	401.608

b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	2.413	3.598	2.209
Depósitos de aviso prévio	11	18	16
Depósitos a prazo	13.200	18.248	9.162
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	485	922	733
Total	16.109	22.786	12.120

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses interfinanceiros	249.505	207.688
Total	249.505	207.688

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.679	128.053	77.268	213.000	165.592
Total - Recursos do Crédito Rural	7.679	128.053	77.268	213.000	165.592
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	8.391	6.835	21.279	36.505	42.096
Total - Outros Recursos	8.391	6.835	21.279	36.505	42.096

Total	16.070	134.888	98.547	249.505	207.688
--------------	---------------	----------------	---------------	----------------	----------------

Total circulante	150.958	110.009
Total não circulante	98.547	97.679

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/07/2031, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027 e com CDI + 2,24% a.a. com vencimentos até 15/03/2028. Os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.344	11.913	14.257	14.082
Total	-	2.344	11.913	14.257	14.082

Total circulante	2.344	80
Total não circulante	11.913	14.002

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	78	233	142	453	756
Total	78	233	142	453	756

Total circulante	311	307
Total não circulante	142	449

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 26/06/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.605	1.698
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	8.682
Recursos em trânsito de terceiros	2.288	1.672
Total circulante	3.893	12.052

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a cobrições assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	Provável	70	260
Cível	Provável	116	115
Total não circulante		186	375

Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2021
Trabalhista	260	-	(190)	70
Cível	115	17	(16)	116
Total não circulante	375	17	(206)	186

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 1.250, R\$ 1.762 e R\$ 179 (dezembro de 2020 - R\$ 1.250, R\$ 1.768 e R\$ 133), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 462 (dezembro de 2020 - R\$ 432), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito	32.614	21.354
Provisão para pagamentos a efetuar	2.467	1.856
Cotas de capital a pagar	2.861	2.139
Provisão para participações nos lucros	4.020	3.709
Fundo de assistência técnica, educacional e social	3.103	1.855
Demais fundos constituídos	-	267
Impostos e contribuições a recolher	995	1.522
Credores diversos	2.698	2.026
Cobrança e arrecadação de tributos	288	1
Pendências a regularizar	193	1.124
Total circulante	49.239	35.853

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	44.728	45.975
Total de associados	47.849	45.109

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -1.247 (dezembro de 2020 - R\$ -1.562), sendo R\$ 1.435 (dezembro de 2020 - R\$ 1.409), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.682 (dezembro de 2020 - R\$ 2.971).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,97% em Conta Corrente, no montante de R\$ 1.799, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 75% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 2% para a Reserva de Expansão, destinada às ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2021 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 5, registrada no grupo de “Outras Ingressos e Receitas Operacionais” (Nota 26).

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 21 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	42.739	33.942
Participação nas sobras	(3.960)	(3.612)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	38.779	30.330
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(17.451)	(12.132)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	16.860	10.467
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	809	537
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(13)	37
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(1.091)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022.

NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	12.937	7.393
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	153.543	266.537
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	151.137	139.163
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.222	1.176
Outros ativos (Nota 09)	461	528
Investimentos (Nota 10)	21.389	11.599
Intangível (Nota 11)	3.525	3.925
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	91.130	117.882
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	249.505	207.688
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	14.257	14.082
Outros passivos (Nota 18)	31.244	20.264
Principal e juros dívida subordinada (Nota 16)	-	8.682
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	9.462	4.072
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	8.437	6.657
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26)	224	261
Doação SFG (Nota 20)	5	-
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 12)	3.598	2.209
Operações de empréstimos e repasses	12.811	9.701
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 25)	1.045	632
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 27)	6.892	7.145

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	366	0,21%	311
Depósitos a prazo	348	0,08%	370
Operações de crédito	3.699	0,45%	4.322

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	2.673	2.952

NOTA 23 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	3.171	5.794	4.232
Cobrança	943	1.840	1.700
Comissões	1	4	154
Consórcios	560	1.131	1.136
Convênios	400	793	668
Distribuição de produtos e serviços bancários	4.089	8.278	6.546
Processamento da compensação	18	46	62
Seguros	2.495	4.556	3.860
Taxas e tarifas	345	642	502
Antecipação de recebíveis	237	449	222
Outros serviços	78	133	95
Total	12.337	23.666	19.177

NOTA 24 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	6.632	12.553	12.075
Benefícios	2.436	4.671	4.533
Encargos sociais	2.588	4.720	4.648
Treinamentos	349	428	352
Total	12.005	22.372	21.608

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	199	424	452
Aluguéis	1.135	2.246	2.267
Comunicação	504	983	948
Manutenção e conservação	530	1.097	1.414
Material de expediente	220	386	393
Processamento dados	623	1.138	873
Propaganda e publicidade	117	266	226
Promoções e relações públicas	1.609	2.378	2.132
Serviços do sistema financeiro	1.047	2.070	1.780
Assessoria e consultoria	19	56	14
Serviços jurídicos	392	816	624
Serviços de terceiros	1.243	1.934	673
Serviços de técnicos especializados	1.249	2.244	1.357
Serviços de vigilância e segurança	701	1.431	1.342
Serviços de transportes	905	1.716	1.521
Depreciação	940	1.840	1.820
Amortização (Rateio Confederação)	668	1.289	1.422
Amortização outros ativos intangíveis	1	3	3
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	341	475	321
Emolumentos e taxas diversas	81	136	104
Ressarcimento tarifas	92	190	207
Outras despesas administrativas	525	1.119	827
Total	13.141	24.237	20.720

NOTA 26 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Absorção de dispêndios - FATES	341	475	321
Lucros na alienação de valores e bens	13	150	112
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores	5	5	-
Recuperação de encargos e despesas	374	539	443
Reversão de provisões operacionais	112	240	547
Reversão de provisões impostos folha	831	1.360	1.307
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	434	975	1.543
Reversão de provisões para passivos contingentes	15	206	40
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	224	436	216
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	77	126	54
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	79	79	-
Outras rendas operacionais	274	483	603
Total	2.779	5.074	5.186

NOTA 27 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.043	2.738	3.492
Contribuições Cooperativistas	74	147	143
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	89	159	401
Contribuição Confederação Sicredi	3.137	5.641	5.473
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	224	458	522
Encargos da administração financeira	1	1	2
Repasso Administradora de Cartões	-	-	81
Prejuízo na alienação de valores e bens	59	237	82
Provisões para garantias financeiras prestadas	544	883	967
Provisões para passivos contingentes	7	17	114
Outras provisões operacionais	758	1.410	1.301
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.237	2.349	1.872
Risco operacional	112	411	106
Juros e comissões	-	-	18
Outras despesas operacionais	302	742	434
Total	7.587	15.193	15.008

NOTA 28 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes das destinações	16.704	38.779	29.239
Doações recebidas	(5)	(5)	-
Resultado recorrente	16.699	38.774	29.239

NOTA 29 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de garantias prestadas	71.457	74.244
Coobrigações em cessões de crédito	25	40
Total	71.482	74.284

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 30 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRB)

O IRRB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normalização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 31 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	154.379	124.491
Nível I (NI)	154.379	124.491
Capital principal - CP	154.379	124.491
Capital social	44.728	45.975
Reservas de capital	107.029	77.925
Lucros acumulados	6.164	4.536
Ajustes Prudenciais	(3.542)	(3.945)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	917.227	697.993
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	6.954	753
Margem de Capital	55.703	59.173
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,83%	17,84%
Situação de Imobilização (Imob)	18.742	18.560
Índice de Imobilização (Imob / PR)	12,14%	14,91%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 32 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 33 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentando à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Fabio Renato da Silva
Diretor Executivo
CPF: 962.318.900-15

Rodrigo Favareto
Diretor de Operações
CPF: 961.878.080-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20